



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui-se objeto deste a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de Inseticida, para atender as necessidades dos programas de controle das Arboviroses (Dengue, Zika, Chikungunya e Febre Amarela), realizados pelo Setor de Vigilância Ambiental, da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto quantificar, especificar e definir algumas condições para Abertura de procedimento através de Dispensa de Licitação conforme preconizado com base no Art. 75 da lei 14.33/21 para fornecimento de Inseticida, para atender as necessidades dos programas de controle das Arboviroses (Dengue, Zika, Chikungunya e Febre Amarela) da Vigilância em Saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Inseticida concentrado à base de LAMBDA-CIALOTRINA (ICON 5CE) 1L – concentrado emulsionável, em formulação que proporciona efeito de choque e com aplicação em UBV, termonebulização (FOG) ou pulverização, produto deve ser registrado no Ministério da Saúde/ANVISA	LITRO	300		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					R\$

1.1 A entrega será realizada no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde:

- Rua Benedito Nicolau 828- bairro São Mateus- Itaperuna RJ, horário de entrega de seg. a sexta 09h as 14h, exceto feriados



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

1.2 A entrega será, mediante ordem de fornecimento e nota de empenho, através solicitação do fiscal do contrato, o prazo para entrega será de 10 dias corridos.

1.3 O produto deverá apresentar registro no Ministério da Saúde (ANVISA) e ser listado na List of WHO Prequalified Vector Control da Organização Mundial de Saúde (OMS) para controle de vetores e utilização em água potável. Reference: Products 11 April 2019, da Organização Mundial de Saúde - OMS(<https://www.who.int/pq-vector-control/prequalified-lists/LOPrequalifiedProducts20190411.pdf?=>).

1.4 O inseticida a ser adquirido deverá:

1.5 Estar listado na List of WHO Prequalifield Vector Control - PQT-VC da Organização Mundial de Saúde - OMS.

1.6 Ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/MS).

1.7 Documento que contenha a seguinte descrição:

- a) Nome,
- b) Apresentações,
- c) Indicações,
- d) Contra indicações,
- e) Precauções,
- f) Esquemas de Administração,
- g) Efeitos Adversos,
- h) Interações diversas,
- i) Orientações diversas em casos
- j) Aspectos Farmacêuticos. .
- k) Estar em consonância com as recomendações para o uso em água potável.

1.8 Ter cobertura mínima residual superior ao período de 60 dias em locais de reprodução de mosquito.

1.9 Embalagem primaria: acondicionada em embalagem de 1 litro.

1.10 Rótulo: deve atender às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, devendo constar de forma legível e em português as seguintes informações:

- a) Nome técnico e comercial do produto;
- b) Ingrediente ativo;
- c) Quantidade de ingrediente ativo (formulação concentração);
- d) Nome e endereço do fabricante;



- e) Número do Lote; Data de fabricação e de validade;
- f) Todas as informações necessárias pela legislação brasileira de toxicologia, segurança, primeiros socorros e antídotos;
- g) Instruções de uso do produto.

1.11 A ficha de emergência e a ficha de informação de segurança de produtos químicos (FISPQ) deverá acompanhar cada embarque do produto para posterior distribuição.

1.12 O tempo transcorrido da validade, no momento da entrega, deverá ser no máximo 20% do prazo de validade total.

1.13 Em caso de observação de desvios de qualidade ao longo da vida útil do produto ou deterioração de embalagens, o fornecedor será notificado para o imediato recolhimento e substituição, evitando-se prejuízos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador população.

1.14 Atender as condutas da Nota Informativa 103/2019 CGARB/DEIDT/SVS/MS.

1.15 Todos os itens deverão ter mínimo 1 (um) ano do prazo de validade, quando de sua entrega no local indicado neste termo de referência.

1.16 A CONTRATADA será responsável pela entrega e pelo descarregamento dos materiais adquiridos pelo executor da compra no local de entrega indicado **no subitem 1.1 deste Termo de referência.**

1.17. O período de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir de sua assinatura ou do instrumento contratual

1.7 Será disponibilizada à CONTRATADA toda a documentação necessária, não podendo a mesma, em qualquer hipótese, ser retirada das dependências da CONTRATANTE, salvo por motivo devidamente justificado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O presente termo de referência, tem como objetivo a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de Inseticida, para atender à demanda das ações de vigilância epidemiológica e ambiental e controle de vetores, prestadas à população de Itaperuna/RJ.



2.2 Outrossim, é importante salientar que o combate a essas endemias se complementam, tornando a utilização do fumacê crucial para o controle e impedimento da proliferação dos vírus outrora citados.

2.3 Assegurar a eficácia no enfrentamento das arboviroses, incluindo a Dengue, e outros insetos nas Unidades de Vigilância em Zoonoses (UVZ), atendendo de forma abrangente às demandas de trabalho, bem como fortalecer as ações voltadas à vigilância garantirá segurança da população.

2.4 Devido a chegada do período onde há uma grande incidência de casos de Dengue, Zika e Chikungunya, na região de saúde, incluído assim o município de Bom Jesus do Norte, levando em consideração a ausência de inseticida fornecido pelo ministério da saúde ao estado e ao município, assim impactando negativamente no controle vetorial do mosquito transmissor das arboviroses, o município juntamente com os demais municípios limítrofes trabalham de forma conjunta, utilizando de inseticidas liberados pela ANVISA para o combate do vetor causador das arboviroses.

2.5 A dengue, o Zika Vírus e Chikungunya são arboviroses, ou seja, são doenças causadas por um arbovírus, um vírus que circula e se multiplica sendo transmitidos aos humanos através da picada do mosquito fêmea hematófago da espécie *Aedes aegypti* (OLIVEIRA, et al.; 2015).

2.6 Esse gênero está intimamente ligado ao saneamento básico deficitário, coleta de lixo ineficiente, hábitos de higiene frágeis, além dos movimentos populacionais, crescimento populacional urbano não planejado, globalização e mudanças climáticas interferindo no surgimento ou ressurgimento de arboviroses (CAMARA, 2016).

2.7 É importante destacar que a espécie *Aedes aegypti* é a que está mais ligada ao surgimento de arboviroses, porém destacamos que outras espécies do gênero *Aedes* como: *Aedes albopictus*, *Aedes africanus*, *Aedes luteocephalus*, *Aedes vittatus*, *Aedes furcifer*, *Aedes hensilli* e *Aedes apicoargenteus* e dos gêneros *Anopheles*, *Eretmapodites* e *Mansonia* também transmitem doenças pouco notificadas nas Américas (ALMEIDA; COTA; RODRIGUES, 2020).

2.8 O Zika Vírus pertence à família *Flaviviridae* e ao gênero *Flavivirus*. Esse vírus foi encontrado pela primeira vez em 1947 em macaco rhesus, na Floresta Zika, em Uganda. Em humanos foi encontrado na Nigéria e em alguns outros países africanos. Em 2015, esse vírus entrou no Brasil com alguns casos humanos autóctone. Os principais sintomas dessa arbovirose são febre baixa, manchas na pele e coceira no corpo, (GUARDA, et al.; 2016).



2.9 A Febre do Chikungunya é causada por um vírus pertencente à família Togaviridae e ao gênero Alphavirus isolado primeiramente em 1952 em Moçambique. O nome conhecido popularmente como “Chikungunya” significa “aquele que se dobra”, devido à postura adquirida pelo paciente com severas dores nas articulações, inchaços, além de apresentar febre alta, dores de cabeça, náusea e vômito.

2.10 A Dengue é uma doença viral infecciosa veiculada pelo mosquito *Aedes aegypti*, ocorrendo em áreas tropicais e subtropicais do mundo. E, desde a década de 90, a dengue é considerada uma doença importante no Brasil devido ao aumento de casos ano a ano. O ciclo de vida do vetor envolve quatro fases: ovos, larvas, pupas e mosquito adulto. A transmissão da Dengue ocorre pela picada das fêmeas adultas e o período de incubação da doença é de 3 a 15 dias e os sintomas são: febre bem alta, dores do corpo, falta de apetite, cansaço, sendo que algumas pessoas sentem coceiras nas mãos e nos pés

2.11 É dever do Poder Público promover e proteger a saúde da população, garantindo os direitos constitucionais do cidadão e defendendo uma vida saudável, com um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir e ou prevenir riscos à saúde, além de intervir nos problemas sanitários, com a imunização e o controle de pragas urbanas. Nos últimos anos, vem aumentando, em todo o estado, a ocorrência de casos de arboviroses como a dengue, chikungunya, zika, febre amarela e outros vetores, exigindo maior atenção da gestão pública de saúde, principalmente nos períodos epidêmicos, com a remoção de criadouros do mosquito *aedes aegypti* através de controle químico e mecânico, visitas casa-a-casa, monitoramento de pontos estratégicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2. Os insumos e larvicidas, descritos neste Termo de Referência, estão dentro do planejamento estabelecido de aquisições, que foram considerados bens comuns, cuja aquisição por Registro de Preços pode ser programada e quantificada. Os mesmos buscam suprir com celeridade as necessidades das unidades, com qualidade e economia para o desenvolvimento de suas atividades funcionais, evitando desperdícios e desabastecimentos.

3.3 A aquisição dos materiais se dará de forma única, de acordo com o prazo previsto neste TR.



3.4 A solução existente no mercado para este estudo, é futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de Inseticida e óleo mineral, sendo inviável para a Administração outra solução que não contemple o fornecimento dos insumos necessários à continuidade das atividades e ações desenvolvidas pela Coordenação de Vigilância Ambiental.

3.5 Por se tratar de aquisição de bens comuns é necessário que seja realizado um processo através de dispensa de licitação conforme preconizado pelo Art. 75 da lei 14.133/21.

3.5 A aquisição dos insumos e larvicidas, tem como o objetivo expandir o acesso e controlar a proliferação dos vetores, bem como cuidar da saúde da população, com ações de combate a dengue, através do carro fumacê.

3.6 Atualmente, o setor de vigilância Ambiental atende o município realizando um conjunto de ações, serviços e estratégias relacionadas à prevenção e proliferação dos vetores causadores da dengue, sendo, de alta relevância para a saúde pública do município, evitando assim um surto da doença.

3.7 Trata-se, portanto, de contratação complementar de serviços destinados a atender às ações de controle de vetores em quantitativo suficiente e satisfatório objetivando à redução e risco de proliferação de arboviroses e a prevenção de outros agravos de saúde da população.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A aquisição deverá observar, imperativamente, a rotina definida na contratação e descrita, neste termo de referência.

4.2 Todos os produtos poderão vir acondicionados em embalagens individuais, em litros e tambores, desde que a embalagem seja original e que totalize a quantidade de unidades solicitada. Não serão aceitos produtos fora da embalagem original ou com a embalagem adulterada, violada ou danificada. Só será aceita a marca cotada pelo fornecedor para cada produto.

4.3 Por motivos supervenientes e que independem da vontade do fornecedor poderá ser aceita outra marca, desde que atenda a todos os critérios técnicos estabelecidos pela ANVISA e seja superior ou equivalente à marca cotada - a ser avaliado pela responsável técnica da área ou chefia e após o devido processo administrativo. A sugestão de marcas indicadas como "marcas de mera referência" é puramente exemplificativa.



4.4 Os produtos sempre serão recebidos de maneira provisória, pois é necessário que os responsáveis e técnicos realizem uma conferência minuciosa de todos os itens.

4.5 Em caso de ser identificada alguma não-conformidade, será exigida a troca imediata dos materiais, com os custos de entrega e recolhimento a serem arcados pelo fornecedor.

4.6 Considerando a validade dos produtos (materiais de consumo), para que os mesmos não se tornem impróprios para a utilização, para que haja gerência efetiva sobre o consumo real e o controle de estoque, ainda, para que não haja desperdícios de recursos, a melhor forma de contratar é mediante Registro de Preços, que permite que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas. proporcionando vantajosidade para Administração, tendo como critério de julgamento o menor preço por ITEM.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A aquisição dos inseticidas, deverá ser em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

5.2 A entrega deverá ser realizada de uma única vez, de acordo com a solicitação do responsável pela fiscalização.

5.3 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.3.1 Os produtos deverão possuir validade igual ou superior a 75% no ato da entrega. Caso o produto não possua esta validade o vencedor deverá apresentar carta de compromisso onde se responsabiliza pela troca do produto.

5.3.2 A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o correto armazenamento;

5.3.3 A especificação esteja em conformidade com o solicitado neste Termo de Referência; e

5.3.4 Os materiais devem estar, necessariamente, acondicionados em embalagem original do fabricante, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga, contendo de forma legível o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade.

5.4 GARANTIA DO PRODUTO:

5.4.1 Os itens devem ser entregues, em até 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação realizada pelo fiscal do contrato ou pelo setor de vigilância ambiental.

5.4.2 Os produtos serão entregues no seguinte endereço, conforme solicitado:



Almoxarifado Central da Sec. De Saúde- localizado à Rua Benedito Nicolau, nº 828, Bairro São Mateus, Itaperuna-RJ, em horário de expediente de segunda a sexta-feira de 9:00 as 15:00.

•

5.5 A Secretaria Municipal de Saúde encaminhará ordem de compra simplificada assinada pela Autoridade Competente, juntamente com a nota de empenho, para empresa contratada através de e-mail, ou outro meio idôneo e eficaz de comunicação.

5.6 A CONTRATADA deverá realizar a primeira entrega em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento do empenho ou Ordem de Compra.

5.7 Os objetos licitados serão recebidos e conferidos pelo Gestor da Ata e o fiscal, designados por esta Instituição.

5.8 O recebimento do objeto pela FISCALIZAÇÃO se dará em duas etapas:

- Em caráter provisório, no ato da entrega dos objetos, ocasião em que será verificada quantidade e condição aparente dos materiais, acompanhada da assinatura dos servidores designados para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal;
- Em caráter definitivo, em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório, ocasião em que será verificada a adequação dos itens adquiridos pelos servidores designados para esse fim.

5.9 Na hipótese de ser verificada a impropriedade do material no ato do recebimento, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO, mediante notificação ao fornecedor, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação, para proceder a substituição.

5.10 O regime de execução por MENOR preço unitário, sendo que o pagamento ficará vinculado à quantidade de insumos e larvicidas que serão solicitados pela coordenação de vigilância ambiental.

5.11 O CONTRATO PARA AQUISIÇÃO

5.11.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, poderá celebrar contrato administrativo com a CONTRATADA.

5.11.2. Nos termos do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos são regidos por suas próprias cláusulas e por preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e normas de direito privado. Além disso, conforme dispõe o artigo 40, I, da Lei nº 14.133/2021, ao planejar suas compras, deve a administração pública observar “condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado”.



5.11.3. A Lei nº 14.133/2021 ainda requisita que os contratos administrativos estabeleçam com “clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do termo de referência e os da proposta vencedora”.

5.11.4. O artigo 92 Lei 14.133/21 relaciona as cláusulas que devem constar obrigatoriamente de todo e qualquer contrato. Dentre elas, deve haver disposição sobre o regime de execução ou forma de fornecimento, preço e condições de pagamento, matriz de risco, quando cabível e direitos e responsabilidades das partes.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - às garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e



nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

5.12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.12.1. Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, de pregão por registro de preços, ou que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

5.13. Durante toda a vigência do contrato, a CONTRATANTE cuidará para que sejam mantidas, em compatibilidade as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições elencadas para execução da contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A celebração do contrato pressupõe a adoção de providências precedentes pela Administração Pública, dentre as quais, a contratação de empresa especializada para o fornecimento de inseticida (larvicida).

6.2 Em relação à aquisição, ela deverá ser acompanhada e fiscalizada, por servidor designado pela secretaria municipal de saúde.



- a) A fiscalização será exercida pelo servidor **Daniel Ribeiro Texeira** que anotarà toda e qualquer ocorrência que possa vir a surgir na duração do instrumento contratual.
- b) Qualquer ocorrência, o fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.
- c) O pagamento só será efetivado mediante a comprovação das certidões de débitos trabalhistas, FGTS, certidão Municipal, Estadual e da Fazenda.
- e) Caberá à CONTRATADA responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdências social e impostos.

6.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.3.1.** Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.
- 6.3.2.** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.
- 6.3.3.** Aplicar as sanções, conforme previsto neste Termo de Referência.
- 6.3.4.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre materiais danificados, vencidos, falhas ou irregularidades verificadas na aquisição, fixando prazo para que seja reparado ou corrigido.
- 6.3.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- 6.3.6** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.3.7** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das entregas, fixando prazo para a sua correção;
- 6.3.8** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa realizar as entregas de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos;
- 6.3.9** Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.



7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 Para efeitos de pagamento, a empresa vencedora deverá apresentar documento de cobrança constando de forma discriminada à efetiva realização do objeto contratado e executados no mês anterior, informando o número e a agência conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

7.2 O pagamento será efetuado mensalmente, no valor correspondente aos serviços efetivamente executados no mês imediatamente anterior e nos valores consignados na proposta comercial vencedora, mediante crédito em conta-corrente até 20 (vinte) dias úteis, após o atesto do documento de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços;

7.3 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Termo de Referência e no instrumento contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a contratada deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

7.4 O pagamento será realizado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento do produto;

7.5 Caso se faça necessária a reapresentação da nota fiscal eletrônica de serviços por culpa da CONTRATADA, o prazo de 20 (vinte) dias úteis ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação;

7.6 Correm por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, entre outros decorrentes da execução do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 A Contratação, refere-se a um Contratação de empresa especializada na aquisição de inseticidas.

8.2 A nova Lei de Licitações, n.º 14.133/21 c/c o artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República, instituiu as normas necessárias para a efetivação das licitações e a formalização dos contratos da Administração Pública, estabelecendo inclusive, as hipóteses em que se realizam os certames, que no caso em exame, trata-se de contratação cujo a aquisição é denominado como comum e configura a hipótese de Dispensa de Licitação, que se enquadra, "in concreto" na conformidade com o permissivo da indigitada Lei das Licitações e Contratos - LLC.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

8.3 A regra na Administração Pública é sempre a celebração de procedimento licitatório para aquisição de bens ou serviços, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, como vemos abaixo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

8.4 Levando em consideração todo levantamento realizado no Estudo técnico preliminar, a necessidade de dar continuidade no serviço prestado e o valor da contratação, entendemos que o processo sob. Dispensa de licitação é fundamental para atender as necessidades da VISA.

8.5 O processo licitatório se dará, através de **Dispensa de Licitação** e o critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, então fica subentendido que a proposta vencedora será a que cumprir, todos os critérios deste termo de referência, ou seja a **MELHOR** proposta para administração será a vencedora.

9. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados no mercado, considerados os preços constantes de bancos públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local da execução do objeto, art 23 da lei 14.133/2021.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

9.2. No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros de forma combinada ou não.

9.3. A presente pesquisa foi elaborada com base na instrução normativa SEGES/ME nº 65, de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

9.4. Os valores utilizados para a formação efetiva de preços, são oriundos de contratações da administração pública, mídia eletrônica e pesquisa com potenciais fornecedores especializados neste tipo de contratação.

9.5. Foram utilizados os parâmetros II e IV da presente instrução normativa SEGES/ME nº 65, de julho de 2021 para composição da cesta de preços aceitáveis.

9.6. O método utilizado para a obtenção do preço estimado, foi o menor preço global, obtido através de uma cesta de preços aceitáveis.

9.7 Todos os documentos que complementam a pesquisa em tela, juntamente com a pesquisa de preços do ETP são partes integrantes, anexos ao processo administrativo.

9.8 O valor estimado da contratação é de:

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.21.10.305.0429.2.262 Vigilância Ambiental

3.3.90.30 Material de Consumo

Fonte: 600 Trans. Fundo a Fundo Rec. SUS

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, onde estejam contemplados serviços pertinentes e compatíveis com o objeto, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

- 11.2** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 11.3** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 11.4** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; d)
- 11.5** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 11.6** Certificado de Registro do Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA ou publicação do registro no Diário Oficial da União. Será permitida a apresentação do protocolo de pedido de revalidação do registro junto à ANVISA.
- 11.7** Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, devidamente atualizada e em nome da licitante, devendo sua atividade/classe estar de acordo com o item ofertado na proposta de preço, em estrita conformidade com o Art. 3 da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC / ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 e Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Art. 67, Inciso IV;
- 11.8** Certidão atualizada emitida pelo conselho ou entidade de classe competente, para fins de comprovação de vínculo entre responsável técnico e empresa licitante, em estrita conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC / ANVISA nº 16, de 01 de abril de 2014 e Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Art. 67, Inciso V;
- 11.9** Alvará de Licença Sanitária compatível com o objeto da licitação, expedido pelo órgão competente do Município, Estado ou Distrito Federal onde estiver sediada a licitante, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, em estrita conformidade com o Art. 02 da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976;
- 11.10** Declaração de que a empresa, caso seja vencedora, se compromete a receber as embalagens vazias dos materiais utilizados, em estrita conformidade com o Art. 33 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e com a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC / ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009. Deverá, ainda, fazer prova da destinação correta dos resíduos sólidos, através de depósito próprio para recebimento das embalagens vazias, devidamente regularizado, ou apresentação de contrato com



prestador deste serviço devidamente licenciado, em estrita conformidade com o Art. 47 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;

11.11 Certificado de Registro do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos “prints” da página do IBAMA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente, em estrita conformidade com o Art. 8 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;

11.12 Licença Ambiental emitida por órgão ambiental Municipal, Estadual/Distrital ou Federal, onde deverá constar a atividade exercida pela empresa, em estrita conformidade com o Art. 8 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011 – Proteção ao Meio Ambiente.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência, as seguintes sanções:

- a) Advertência – ao dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa - calculada na forma do edital ou do contrato, não inferior a 0,5% (cinco



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

décimos por cento)

c) Impedimento de Licitar e Contratar - ao responsável pelas infrações

administrativas previstas nos subitens b, c, d, do item 12.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Itaperuna RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar ao responsável pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, após análise jurídica, e observância às regras do §6º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

Assinatura do Responsável